



## REDES SOCIAIS

Apesar da posição favorável à nova legislação que entrou em vigor para proteger menores de idade na internet, o Google fez uma série de críticas contra termos do projeto de lei, em tramitação no Congresso, de combate à desinformação

# Sim ao ECA digital. Não ao PL das Fake News

» PEDRO JOSÉ\*  
» CAETANO YAMAMOTO\*

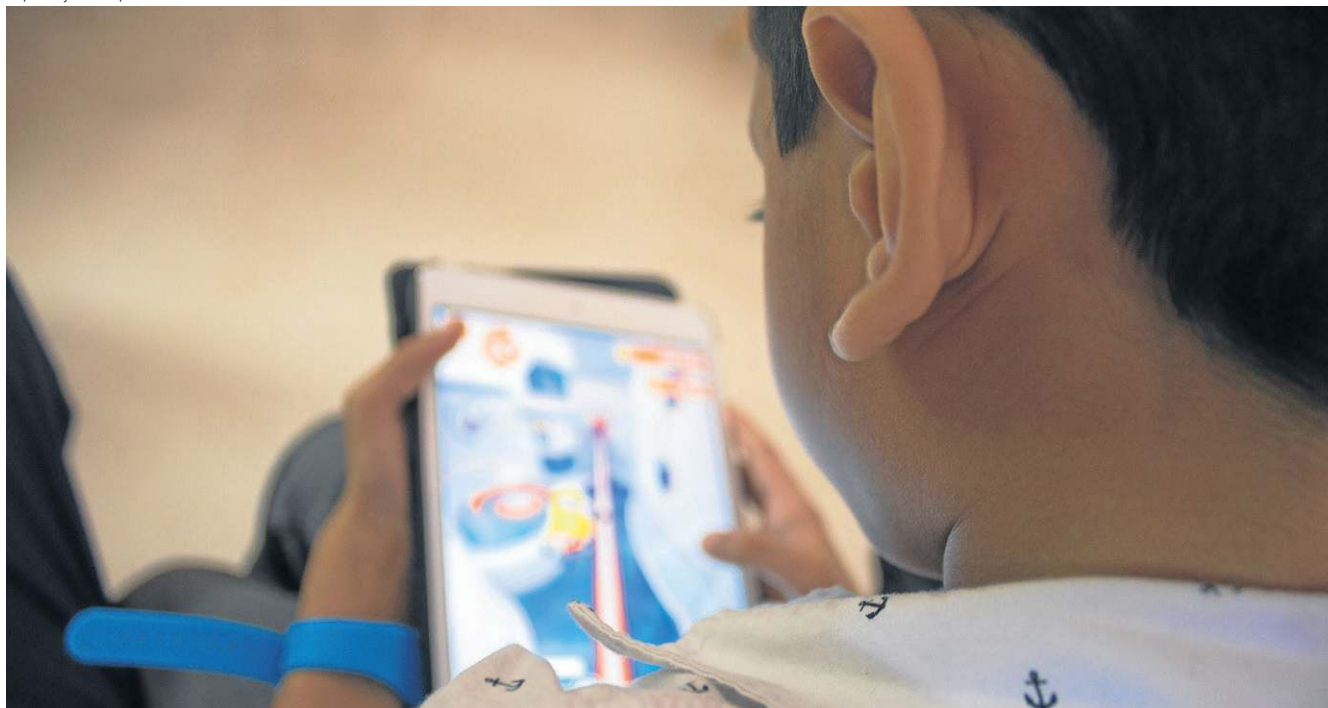
O gigante da internet Google tem adotado posições distintas em relação a dois marcos regulatórios do ambiente digital no Brasil. A empresa norte-americana demonstra postura colaborativa diante do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (ECA Digital), que entrou em vigor no último dia 17. Por outro lado, posiciona-se de forma contrária ao PL 2630/2020, conhecido como PL das Fake News, em tramitação no Congresso Nacional, ao apresentar uma série de críticas aos termos do projeto. Ambos os textos partem da premissa de que as big techs não podem ser meras espectadoras sobre o conteúdo publicado e disponível para o público.

Com o ECA Digital, também conhecido como Lei Felca, a multinacional teve um posicionamento favorável. Chegou a divulgar a nota "Como o Google está protegendo crianças e adolescentes no Brasil", ressaltando que o cumprimento da lei é um compromisso em todos os mercados onde atua e que o desenvolvimento de seus produtos é historicamente ancorado nos pilares de "proteger, respeitar e empoderar" os jovens.

Para se adequar ao novo estatuto, a big tech anunciou a expansão de medidas práticas de segurança. Entre elas, está a implementação de um modelo de estimativa de idade baseado em inteligência artificial (machine learning) para analisar comportamentos de navegação e bloquear automaticamente conteúdos para menores de 18 anos em plataformas, como a Busca, o YouTube e o Google Play.

Além disso, o Google passou a exigir supervisão parental para que menores de 16 anos possam criar ou manter canais no YouTube, incluindo o envio de vídeos e publicações de comentários, e ampliou o acesso de desenvolvedores de aplicativos a ferramentas de verificação de faixa etária. Em sua nota oficial, a empresa reforça o trabalho conjunto com educadores, famílias e autoridades reguladoras, como a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Reprodução/FreePik



O novo regulamento estabelece que a segurança on-line para crianças e adolescentes deve ser uma obrigação das empresas

### "Mudar para pior"

A postura da multinacional foi diferente em 2023, durante a tramitação do PL 2630. Na época, o Google mobilizou uma forte campanha pública contrária à aprovação do texto em regime de urgência, alegando que a proposta traria "consequências indesejadas" e mudaria a internet "para pior". A principal queixa da empresa era de que o projeto, em vez de combater a desinformação, limitaria a aplicação das políticas de uso das plataformas e blindaria empresas produtoras de fake news que se apresentam sob o disfarce de veículos jornalísticos, forçando o Google a manter esses conteúdos problemáticos no ar.

Na avaliação da multinacional, o projeto de lei também esbarra em seu modelo de negócio. A empresa argumentou que a exigência de remuneração compulsória por direitos autorais, gerida por entidades coletivas, poderia inviabilizar a oferta de serviços gratuitos de hospedagem e compartilhamento de conteúdo, uma vez que retirava dos próprios criadores o direito de licenciar seus trabalhos livremente.

Houve também duras críticas à proposta de criação de uma "entidade reguladora autônoma" atrelada ao Poder Executivo. Segundo o Google, conceder amplos poderes a esse órgão para instituir protocolos de segurança geraria um ambiente de censura e moderação excessiva de conteúdo, ameaçando o livre fluxo de informação, a liberdade de expressão de criadores legítimos e a privacidade de pessoas e empresas.

Especialistas ouvidos pelo **Correio** comentam o posicionamento do Google nos dois casos. O professor Gilmar Lucena, coordenador do curso de ciências da computação do Centro Universitário Uniceplac, chama a atenção para o argumento seletivo da "liberdade de expressão".

Segundo ele, o ECA Digital trata de um tema amplamente consensual: a proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital. "Trata-se de um campo em que há pouca margem para divergências interpretativas, já que envolve conteúdos universalmente condenados, como exploração infantil e abusos. Além disso, as próprias plataformas adotam mecanismos de moderação nesse sentido, seja por meio de algoritmos, seja por sistemas de denúncia e remoção. Nesse contexto, apoiar ou não se opor a esse tipo de regulação representa baixo custo político e, inclusive, reforça a imagem institucional dessas empresas perante a sociedade", afirmou.

Por outro lado, segundo o especialista, o PL 2630 incide diretamente sobre aspectos estruturais do funcionamento das plataformas. "Ao propor maior transparência algorítmica, responsabilização por conteúdo de terceiros e regras mais amplas de moderação, o projeto toca no cerne do modelo de negócios dessas empresas, baseado em engajamento, distribuição de conteúdo e monetização por publicidade. Significa, então, uma regulação com impacto econômico direto, o que explica a reação mais contundente", comparou.

Por outro lado, segundo o especialista, o PL 2630 incide diretamente sobre aspectos estruturais do funcionamento das plataformas. "Ao propor maior transparência algorítmica, responsabilização por conteúdo de terceiros e regras mais amplas de moderação, o projeto toca no cerne do modelo de negócios dessas empresas, baseado em engajamento, distribuição de conteúdo e monetização por publicidade. Significa, então, uma regulação com impacto econômico direto, o que explica a reação mais contundente", comparou.

### Responsabilidade

Na avaliação do advogado Paulo Henrique Fernandes, head de produtos e tecnologia da V+ Tech, ambas medidas de regulação partem de uma lógica semelhante ao atribuir maior responsabilidade às plataformas. "Há uma convergência clara

entre os dois projetos ao exigir maior responsabilidade das plataformas, com dever de cuidado, transparência e mecanismos ativos para reduzir riscos no ambiente digital", afirma.

A distinção, porém, está no foco de cada norma. Enquanto o PL 2630 busca estabelecer regras estruturais para o funcionamento do ecossistema informacional, com ênfase no combate à desinformação e nos impactos sobre a liberdade de expressão, o ECA Digital se concentra na proteção de crianças e adolescentes.

No campo jurídico, o especialista avalia que a diferença entre as críticas de censura ao PL das Fake News e a aceitação das regras do ECA Digital está no direito fundamental predominante em cada caso. No primeiro, o debate gira em torno da liberdade de expressão e do risco de controle prévio do discurso. Já no segundo, prevalece a proteção integral prevista na Constituição.

"No ECA Digital, o eixo jurídico é outro. A Constituição estabelece a proteção integral da criança e do adolescente como prioridade absoluta. Isso legitima restrições mais intensas, inclusive preventivas, porque não se trata de limitar um direito em abstrato, mas de evitar dano concreto a um grupo vulnerável", explica.

Em nota ao **Correio**, a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) afirmou que o Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (ECA Digital) representa um marco na proteção de crianças e adolescentes diante dos riscos ampliados pelo ambiente digital e pela maior facilidade de acesso à internet.

Segundo a autarquia, a medida tem como objetivo ampliar a segurança desse público no meio on-line, por meio da criação de regras voltadas ao funcionamento de plataformas e serviços digitais.

O **Correio** também entrou em contato com o Google. Em nota a empresa afirmou que: "São dois assuntos diferentes para os quais temos posicionamentos específicos, como publicados no blog. Não vamos comentar além disso".

Estagiário sob supervisão de Veronica Soares



SÉRGIO ABRANCHES

**OS TRÊS DIREITISTAS DESPREZAM A DEMOCRACIA E QUEREM ANISTIAR OS GOLPISTAS. COMPARTILHAM O NEGACIONISMO DELIRANTE QUE NÃO VIU O GOLPE DE BOLSONARO. LULA PODE, NA AUSÊNCIA DE UMA TERCEIRA VIA, SE APROVEITAR E TENTAR CONQUISTAR ELEITORES DE CENTRO QUE CONDENAM O GOLPE BOLSONARISTA**

## As zonas de incerteza nas eleições de outubro

As incertezas serão fator decisivo no pleito presidencial. A eleição será novamente polarizada entre Lula de um lado e direita e extrema-direita, de outro. Pesquisa Meio/Ideia, com tipologia do politólogo Christian Lynch, identificou 35,5% que se dizem de esquerda, 16,1%, de direita e 9,7%, de centro-direita. O campo de direita teria então 25,8%. Se a autodefinição prevalecer, esse voto já está definido. Por quem os candidatos competirão? Pelos 22, 6% que se dizem de centro. Seria o espaço para a terceira via, com Eduardo Leite, que Kassab desprezou.

Pela primeira vez, desde a eleição de 1989, que elegeu Collor para seu efêmero mandato presidencial, a direita aparece múltipla e dividida. Collor compartilha com Jair Bolsonaro a condição de ex-presidentes condenados, em prisão domiciliar por terem saúde frágil. Logo eles que ostentavam sua virilidade machista. Bolsonaro será lembrado por seu comportamento desumano na pandemia,

zombando dos moribundos.

Os três candidatos correm no veio das paixões tristes e da rejeição raivosa a Lula. Portanto, dividirão os votos de eleitores-chave nos campos conservador e extremista. Caiado fundou a União Democrática Ruralista (UDR) e pode atrair fatia expressiva do voto e do dinheiro do agro em Goiás e no restante do Centro-Oeste. Talvez divida com Flávio reclusos ruralistas em São Paulo, no Sul e no Norte. O eleitorado anti-Lula em Minas Gerais deve votar mais em Zema. Lula é forte no Nordeste e em Minas.

Os três direitistas desprezam a democracia e querem anistiar os golpistas. Compartilham o negacionismo delirante que não viu o golpe de Bolsonaro. Lula pode, na ausência de uma terceira via, aproveitar-se e tentar conquistar eleitores de centro que condenam o golpe bolsonarista. No total, beiram os 60%. Dá para inferir que a maioria do centro também condena o golpe.

O presidente encontrará obstáculos na corrida pela reeleição. Sua popularidade

está baixa. A rejeição é alta. A disputa mais importante será pela captura dos eleitores de centro. Lula, pode se beneficiar com o golpismo dos adversários, mas está com a popularidade baixa e os fatores de incerteza global podem prejudicar a avaliação de seu desempenho. Todavia, ele tem mais habilidade para buscar o centro.

Uma zona de incerteza é geopolítica. A campanha de Israel em Gaza e no Líbano para cumprir o objetivo de Netanyahu de expansão territorial e extermínio dos palestinos. Os ataques dos EUA e Israel contra o Irã, muito subestimado pelos dois. A invasão russa à Ucrânia também para realizar a ambição territorial de Putin. Todas afetam a economia global. Não sabemos quando cessarão os conflitos. No Irã, o acordo para acabar a guerra é incerto. Não se sabe se ele será mesmo fechado e, caso seja, quanto tempo resistirá antes que um dos lados volte às hostilidades. Netanyahu é o menos confiável e pode furar o acordo.

São variáveis que afetam o setor

energético e a produção agrícola que depende de insumos do Oriente Médio. A demonstração pelo Irã de que pode fechar o Estreito de Ormuz adicionou um grau superior de risco à economia política global. O impacto do fator geopolítico na oferta de energia fóssil e de fertilizantes reduz o crescimento e pressiona para cima a inflação. De positivo, fica o estímulo a investir em energia zero-carbono, o que tem sido tendência nas crises do petróleo. São fatores que podem ter influência negativa na votação de Lula.

Outra zona de incerteza é política. A escalada das chapas presidenciais não fechou. As peças no tabuleiro podem mudar. Estou considerando que os três ficarão na disputa e dividirão os 25,8% da direita. Lula não terá concorrência pela esquerda e centro-esquerda.

As pesquisas de intenção de votos não retratam ainda o quadro real. São uma medida do grau de reconhecimento dos pré-candidatos e da proporção de eleitores que lembram o nome deles, o que se mede melhor na espontânea. Intenção de voto só depois de fechadas as chapas. No

retrato de hoje, apenas Lula e Flávio são lembrados. Na pesquisa Meio/Ideia, Lula tem 32,6% de menções e Flávio 19,4%. Zema e Caiado não chegam a 5%. A espontânea de Lula quase alcança os 35,5% da esquerda. Os candidatos que negam o golpe e querem anistiar os golpistas sofrerão com a relembrança da invasão das sedes dos Poderes em 2023? Talvez, sim.

A terceira zona de incerteza é o impacto das informações saídas de investigações de corrupção. Flávio será prejudicado por novas evidências de rachadinha, da lavanderia na loja de chocolates, dos imóveis comprados além de sua capacidade financeira? A quem o escândalo do Banco Master atingirá? O eleitor está com fadiga eleitoral de Lula?

Lula vai largar na frente e é bom de campanha. Resta saber se manterá a posição até a chegada nas urnas. A surpresa do voto é fator de segurança democrática. A prática do voto direto faz bem ao eleitor. A incerteza é um indicador de democracia. Resultados garantidos previam só em autocracias, como a Rússia. Esperemos outubro chegar.